

Relatório da Reunião na DGP/INSS



Data: quinta-feira, 27 de fevereiro de 2014

Local: sala de reuniões da DGP, sede do INSS em Brasília/DF

Participantes

INSS

Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP): José Nunes Filho, Mônica Arcoverde Moraes, Viviane do Socorro Valadares G Barreto, Tereza Augusta dos Santos Ouro e Oliveiros Silva Mendes Junior.

FENASPS

Maria Helena da Silva (MG), Rita de Cássia Assis (SP), Jorge Ricardo Moreira (RS), Deise Lucia do Nascimento (SP), Cecília Gomes (SP) e Filipe Gois Alves (SP).

A reunião iniciou com a fala do Sr. Jose Nunes Filho, manifestando disposição em tratar da seguinte pauta apresentada pela Fenasps: incorporação da GDASS; Adicional de Qualificação, Progressão Funcional, condições de trabalho e turno estendido.

Abordamos a questão da lotação ideal e jornadas das ADJ's, exigência de ocupação de cargos de supervisor para REAT, os problemas com vigilância e outros serviços terceirizados,

estagiários, novos serviços que passaram a constar da Agenda, jornada da área, insalubridade, mandado de injunção, VPNI, dentre outros assuntos.

Referente às questões das condições de trabalho e do turno estendido, ficou acordado que estes temas seriam tratados em reunião específica com todas as áreas envolvidas, previamente agendada para 13 de março, quinta-feira.

O diretor José Nunes foi enfático ao afirmar que não existe apresentação de proposta por parte da gestão sobre a incorporação da GDASS. Estão sendo feitos estudos e discussões nas reuniões do CGNAD, onde as entidades sindicais têm assento, com vistas a vislumbrar cenários que contemplem os anseios da categoria, cuja remuneração atualmente apresenta distorção na composição da gratificação variável e perspectiva de aposentadoria com 50 pontos. Este estudo está em fase inicial.

Após, será feito levantamento do impacto financeiro, devendo, ainda, ser apreciado pelo presidente do INSS e pelo ministro da Previdência antes de ser submetido ao Ministério do Planejamento.

Nunes demonstrou a preocupação com o perfil do quadro de servidores que hoje tem duas formas de aposentadoria ao abrangerem servidores admitidos antes, após 2003 e no recente concurso de 2013.

A FENASPS reafirmou as reivindicações e a insatisfação da categoria com a imposição desta estrutura baseada em gratificações produtivistas, bem como o reflexo de quaisquer formas de incorporação que não contemplem os aposentados.



Adicional de Qualificação

A princípio se colocou que seria uma discussão global de carreira, mas não descartou a viabilidade de elaboração com devido impacto financeiro uma vez que sua implantação não depende de Lei.

Progressão Funcional

Nunes afirmou que, por depender de alteração legal, deve ser tratado na discussão da Carreira do Seguro Social.

Sobre o VPNI que está sendo absorvido na folha de fevereiro de 2014, Nunes informou que foi surpreendido no fechamento da folha sem tempo hábil para reverter, pois não foi comunicado com antecedência. O diretor realizou contato informal com o presidente do INSS e o Ministro da Previdência, sendo que houve entendimento da improcedência desta retirada, uma vez que já foi totalmente absorvida.

Nunes comprometeu-se a tratar do assunto no Ministério do Planejamento e nos informar na próxima reunião. Informamos que a Fenasps aguarda confirmação de audiência no MPOG.

Mandado de Injunção

O diretor informou também que está sendo feito memorando circular com orientação aos setores de gestão de pessoas estaduais sobre a aplicação até 1990. Após 1990 deverá seguir as normas da Instrução Normativa nº 16.

Insalubridade dos Ativos

Para a área-meio, Nunes expressou sua dificuldade em defender a manutenção da rubrica, pois sua argumentação é baseada na exposição do servidor que atende à mesma clientela do SUS.

Quanto aos trabalhadores das APS, está sendo feita elaboração de parecer da procuradoria e CONJUR para manutenção da rubrica baseado na argumentação acima.

A FENASPS enfatizou que quaisquer negociações estão no contexto da Campanha Salarial 2014 dos servidores públicos federais, conforme pauta já apresentada aos ministérios da Previdência e do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Brasília, 27 de fevereiro de 2014

Plantão/FENASPS